

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

1. São objectivos do regulamento do controlo de qualidade:
 - a) Evitar as consequências adversas resultantes do trabalho desenvolvido com qualidade abaixo dos padrões exigidos e a concorrência desleal;
 - b) Manter a confiança pública na profissão, mostrando preocupação em manter altos padrões de qualidade no trabalho realizado;
 - c) Assegurar a dignificação das relações interprofissionais, zelando pelo cumprimento das normas éticas e deontológicas;
 - d) Todas as anteriores.

2. A regulamentação de mecanismos de controlo de qualidade deve ser elaborada pelo (a):
 - a) Conselho Fiscal;
 - b) Conselho Disciplinar;
 - c) Direcção;
 - d) Conselho Técnico.

3. A responsabilidade subsidiária do TOC depende:
 - a) Da comprovação da fundada insuficiência dos bens do cliente e dos devedores solidários;
 - b) De um juízo discricionário da administração fiscal;
 - c) Da impossibilidade de executar o património dos representantes legais do sujeito passivo.
 - d) De uma decisão judicial.

4. A responsabilidade subsidiária dos TOC pelas dívidas fiscais efectiva-se:
 - a) Se o sujeito passivo não pagou os impostos devidos;
 - b) Se o serviço de finanças não conseguir notificar o sujeito passivo;
 - c) No caso de violação dolosa dos deveres de assunção de responsabilidade pela regularização técnica nas áreas contabilística e fiscal;
 - d) Se não houver outro modo de executar a dívida fiscal.

5. A sociedade XPTO, Lda pretende imputar ao exercício de 2004 alguns custos suportados apenas em 2005 tendo em vista reduzir o imposto sobre o lucro desse ano. Qual deve ser o comportamento do TOC?
 - a) Deve aceitar a sugestão. O importante é que todos os movimentos se encontrem reflectidos na contabilidade;
 - b) Não deve aceitar a sugestão porque estaria em causa a violação das normas e princípios contabilísticos;
 - c) Pode aceitar desde que a gerência da sociedade assumia, por escrito, essa responsabilidade;
 - d) Não deve aceitar porque tal comportamento constitui um crime fiscal de abuso de confiança.

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

6. O despacho de acusação no âmbito de um processo disciplinar deve ser notificado ao TOC por:
 - a) Carta registada com A.R..
 - b) Carta registada com A.R. ou pessoalmente;
 - c) Carta registada;
 - d) Carta simples.

7. O processo disciplinar :
 - a) Prescreve passados três anos sobre a prática do facto;
 - b) Prescreve passados três anos sobre o conhecimento pelo conselho disciplinar dos factos;
 - c) Não prescreve;
 - d) Prescreve passados três anos após o início do processo disciplinar.

8. A interpretação das normas e a integração de lacunas do Código Deontológico são da competência:
 - a) Do Conselho Disciplinar;
 - b) Da Comissão de Inscrição;
 - c) Da Direcção;
 - d) Nenhuma das anteriores.

9. O disposto no código deontológico relativamente aos Técnicos Oficiais de Contas é aplicável, com as necessárias adaptações:
 - a) Aos profissionais integrados em sociedades de profissionais;
 - b) Aos profissionais independentes;
 - c) Ambas as respostas anteriores;
 - d) Nenhuma das anteriores.

10. O procedimento disciplinar versa sobre:
 - a) Todos os actos praticados pelo TOC;
 - b) Todos os actos praticados pelo TOC, conexos com a profissão;
 - c) Todas as anteriores;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

11. Das decisões do Conselho Disciplinar cabe recurso:
- Para a Direcção;
 - Para a Mesa da Assembleia Geral;
 - Para os Tribunais;
 - A decisão disciplinar é definitiva, não cabendo recurso para outra instância.
12. A violação dos deveres de lealdade entre Técnicos Oficiais de Contas tem como consequência:
- A instauração de processo disciplinar e eventual punição nos termos estatutários;
 - A responsabilidade directa pela dívida do cliente;
 - A suspensão da inscrição;
 - Todas as anteriores.
13. Cessando a prestação de serviços com determinado cliente, o TOC deve entregar toda a documentação contabilística e fiscal no prazo máximo de:
- 30 dias;
 - 60 dias;
 - 45 dias;
 - 90 dias.
14. Na fixação de honorários, deve o TOC:
- Atender ao imposto a pagar: quanto menor o imposto a pagar maior o valor dos honorários;
 - Atender à natureza, complexidade, volume de trabalho, amplitude de informação a prestar e responsabilidades assumidas;
 - Atender aos honorários cobrados pelo anterior TOC, acordando um valor mais baixo para conquistar novos clientes;
 - Cobrar o valor mais alto possível.
15. É incompatível o exercício simultâneo na mesma entidade das funções de TOC e:
- Sócio ou accionista da sociedade;
 - Director financeiro;
 - Gerente ou administrador;
 - Nenhuma das anteriores.

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

16. Perante um conflito entre o TOC e a sua entidade patronal relativamente a uma questão da sua competência específica, deve o TOC:
- a) Rescindir o contrato de prestação de serviços;
 - b) Fazer greve;
 - c) Solicitar um parecer à CTOC sobre como proceder;
 - d) Aceitar as instruções da entidade patronal.
17. O dever de colaboração e informação do TOC:
- a) Cessa no fim do exercício fiscal;
 - b) Cessa quando termina a prestação de serviços;
 - c) Mantém-se relativamente às matérias da sua exclusiva competência mesmo depois de cessar funções;
 - d) Cessa com a entrada de um novo TOC.
18. Notificado como testemunha em processo judicial em que é arguido um cliente o TOC, nessa qualidade, deve:
- a) Recusar-se a prestar declarações porque está coberto pelo sigilo profissional;
 - b) Prestar declarações exclusivamente sobre as matérias relacionadas com a contabilidade e que sejam da sua responsabilidade;
 - c) Prestar os esclarecimentos solicitados já que está perante um Tribunal.
 - d) Solicitar ao Tribunal que o dispense do sigilo.
19. A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas é:
- a) Uma associação sem fins lucrativos;
 - b) Uma associação pública;
 - c) Uma pessoa colectiva pública;
 - d) Todas as anteriores.
20. O contrato entre os Técnicos Oficiais de Contas que exerçam as suas funções em regime de trabalho independente e as entidades a quem prestam serviços deve:
- a) Ser sempre reduzido a escrito;
 - b) Ter a duração mínima de um exercício económico, salvo rescisão por justa causa ou mútuo acordo;
 - c) Ambas as respostas anteriores;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

21. A declaração de responsabilidade do final de exercício visa:
- a) Desresponsabilizar o TOC por eventuais erros ou lacunas na organização da contabilidade;
 - b) Responsabilizar a gerência pelo cumprimento de todos os deveres a que está obrigada perante o TOC;
 - c) Co-responsabilizar o TOC e a gerência pelos erros e lacunas na organização da contabilidade;
 - d) Desresponsabilizar o TOC de qualquer responsabilidade.
22. A violação do dever de sigilo profissional é punida com a pena de:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão;
 - d) Expulsão.
23. A emissão de parecer sobre a existência de um conflito de interesses no exercício das funções de TOC é da competência do (a):
- a) Conselho Fiscal;
 - b) Conselho Disciplinar;
 - c) Direcção;
 - d) Conselho Técnico.
24. O princípio deontológico da equidade implica que:
- a) Os Técnicos Oficiais de Contas, nas suas relações recíprocas, procedam com correcção e civilidade, abstendo-se de qualquer ataque pessoal ou alusão depreciativa, pautando a sua conduta no respeito pelas regras da concorrência leal e normas legais vigentes de forma a dignificar a profissão;
 - b) Os Técnicos Oficiais de Contas e seus colaboradores guardem sigilo profissional sobre os factos e os documentos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções;
 - c) Os Técnicos Oficiais de Contas garantam igualdade de tratamento e de atenção a todas as entidades a quem prestem serviços, não estabelecendo distinções que não se justifiquem, salvo o disposto em normas contratuais acordadas;
 - d) Nenhuma das anteriores.
25. A Associação Recreativa e Cultural da Moita tem como única actividade a organização de bailes para idosos. É obrigada a contratar um TOC?
- a) Não é obrigada a contratar um TOC;
 - b) É obrigada a contratar um TOC;
 - c) Cabe à respectiva Direcção decidir se pretende ou não contratar um TOC;
 - d) Caberá ao Serviço de Finanças decidir se deve contratar um TOC ou não.

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

26. Não tendo a entidade a quem o TOC presta serviços entregue as declarações do IVA e pago o respectivo imposto, deve o TOC:
- Alertar o sujeito passivo para as consequências da prática daquela infracção;
 - Informar o Serviço de Finanças;
 - Informar a CTOC;
 - Informar o Ministério Público, através da CTOC.
27. A pena de multa consiste no pagamento de quantia certa que tem como limite mínimo:
- 1 ordenado mínimo;
 - 3 ordenados mínimos;
 - 5 ordenados mínimos;
 - Não existe limite.
28. A mudança de domicílio profissional dos TOC`s deve ser comunicada à CTOC no prazo de:
- 15 dias;
 - 30 dias;
 - 60 dias;
 - 45 dias.
29. António pretende candidatar-se aos órgãos da CTOC mas como tinha as quotas em atraso foi-lhe instaurado um processo disciplinar. Pode, ainda assim, candidatar-se?
- Não, enquanto estiver a decorrer o processo disciplinar;
 - Sim, desde que o processo disciplinar se prolongue para lá da data das eleições;
 - Sim, desde que à data de apresentação da candidatura não tenha sido punido com pena superior à advertência;
 - Não, um membro dos órgãos da CTOC tem de ter um comportamento exemplar.
30. Cessando um contrato de prestação de serviços de TOC a 31 de Dezembro, o responsável pelo encerramento do exercício e preenchimento das declarações anuais é:
- O TOC que cessa funções;
 - O novo TOC já que as declarações fiscais só são entregues em Maio e Junho do ano seguinte;
 - Depende da disponibilidade de cada um;
 - Cabe à gerência da sociedade decidir qual o TOC responsável pelo exercício.

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

31. Não constituem formas de publicidade:
- a) A criação de uma página na internet com a divulgação dos dados profissionais do TOC;
 - b) A compra de uma página de Jornal;
 - c) O uso de tabuletas afixadas no exterior do escritório;
 - d) Todas as anteriores.
32. O seguro de responsabilidade civil:
- a) É obrigatório para todos os TOC inscritos;
 - b) É facultativo;
 - c) É obrigatório apenas para os TOC com inscrição em vigor;
 - d) É obrigatório para todos aqueles que exercem efectivamente a profissão.
33. Os Técnicos Oficiais de Contas têm, relativamente a quem prestam serviços, os seguintes direitos:
- a) Obter todos os documentos, informações e demais elementos de que necessitem para o exercício das suas funções;
 - b) Exigir a confirmação, por escrito, de qualquer instrução quando o considerem necessário;
 - c) Assegurar que todas as operações ocorridas estão devidamente suportadas e que foram integralmente transmitidas e receber pontualmente os salários ou honorários a que, nos termos da legislação laboral ou contratual, tenham direito;
 - d) Todas as anteriores.
34. A CTOC tem os seguintes órgãos:
- a) Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal e Conselho Disciplinar;
 - b) Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal, Comissão de Inscrição e Conselho Disciplinar;
 - c) Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal, Comissão de Inscrição e Conselho Disciplinar e Conselho Técnico;
 - d) Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal e Conselho Disciplinar.
35. Os Técnicos Oficiais de Contas que não exerçam funções a título principal estão sujeitos a um limite máximo de:
- a) 22 pontos;
 - b) 11 pontos;
 - c) 30 pontos;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Matérias Estatutárias e Deontológicas	07/Maio/2005	VERSÃO A
---	---------------------	-----------------

36. Uma entidade com um volume de negócios de 748 mil euros é pontuada com:
- a) 1 ponto;
 - b) 2 pontos;
 - c) 3 pontos;
 - d) 4,5 pontos.
37. O TOC cuja inscrição tenha sido suspensa, no momento da reinscrição deve:
- a) Respeitar todos os requisitos de inscrição exigidos à data do seu requerimento;
 - b) Submeter-se a exame, nos termos definidos pela Comissão de Inscrição, se a suspensão se prolongou por mais de dois anos;
 - c) Submeter-se a exame, nos termos definidos pela Comissão de Inscrição;
 - d) Requerer apenas o levantamento da suspensão.
38. O TOC cuja inscrição tenha sido cancelada compulsivamente na sequência da aplicação de pena de expulsão:
- a) Fica impedido de voltar a exercer a profissão;
 - b) Poderá voltar a exercer a profissão decorridos cinco anos;
 - c) Poderá solicitar ao presidente da Comissão de Inscrição a sua reinscrição decorridos 5 anos;
 - d) Poderá solicitar ao Conselho Disciplinar que, excepcionalmente, autorize a reinscrição.
39. Quando o TOC inicia ou cessa funções deve:
- a) Comunicar o facto à CTOC no prazo de 30 dias;
 - b) Comunicar o facto à CTOC no prazo de 15 dias;
 - c) Comunicar o facto à CTOC e ao serviço de finanças no prazo de 30 dias;
 - d) Nenhuma das anteriores.
40. António é TOC e trabalhador dependente do Gabinete de Contabilidade “Isenção Fiscal, Lda” em que os sócios-gerentes não são Técnicos Oficiais de Contas. A gerência da sociedade decidiu reter a documentação de um cliente porque ele pretende mudar para outro Gabinete. Qual deve ser o comportamento do TOC?
- a) O TOC deve informar o cliente de que a retenção não é da sua responsabilidade;
 - b) O TOC deve entregar a documentação ao cliente;
 - c) O TOC deve informar a gerência do Gabinete da ilegalidade do acto;
 - d) Num gabinete da contabilidade pelo menos um dos sócios tem que ser TOC e será este o responsável pelo cumprimento dos deveres estatutários e deontológicos.